

Aumenta o impasse entre professor e dono de escola

Silvana Freitas

Os professores de aproximadamente 40 escolas particulares realizaram assembléia, ontem de manhã, sem assegurar um avanço efetivo na luta por reposição das perdas salariais desde março. Eles reivindicam 256%, enquanto o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe) mantém o índice de 80,8%, embora tenha reduzido, anteontem, a forma de pagamento de três para duas parcelas nos meses de setembro e outubro. Os 400 professores que participaram da assembléia aprovaram o "estado de mobilização" e a proposta de acréscimo da variação do BTN em agosto, caso o pagamento

só ocorra a partir de setembro, o que elevará o índice para cerca de 98,9%.

Uma nova assembléia da categoria será realizada na próxima terça-feira, às 10h00, provavelmente no auditório da Escola Normal de Brasília. Até lá, a diretoria do Sindicato dos Professores (Sinpro) espera participar da quarta rodada de negociações com os proprietários das escolas, para buscar um consenso em relação à forma de pagamento do índice já fixado pelo Sinepe. A principal queixa dos professores não é com relação ao percentual, mas quanto ao parcelamento, com o primeiro reajuste somente em setembro.

Embora não descartem a possibilidade de deflagração de greve, os diretores do sindicato preferem investir mais na mobilização da categoria. Seria necessária a participação de pelo menos mil pessoas na assembléia, representando um terço da categoria, segundo Márcio Baiocchi, para deflagrar o movimento. Para Wellington Côrtes, os professores da Fundação Educacional hoje dispõem de um melhor salário porque provaram que estão mais unidos e mobilizados. Um professor de segundo grau da rede pública em início de carreira recebe Cr\$ 470 por hora-aula, enquanto na rede particular esta remuneração não supera, na maioria das escolas, Cr\$ 300.